

N.F. Nº - 298942.1478/23-3
NOTIFICADO - DEO - JUVANTE IND. E COM. DE RAÇÃO ANIMAL E ÓLEO VEGETAL LTDA.
NOTIFICANTE - HELDER RODRIGUES DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL / POSTO FISCAL BAHIA-GOÍÁS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 11.06.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0099-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. MERCADORIAS DO REGIME DE DIFERIMENTO. FALTA DE RECOLHIMENTO. DESACOMPANHADAS DE DAE OU CERTIFICADO. Em se tratando de venda interestadual de sementes, deve o recolhimento do tributo ser efetuado antes da saída do estabelecimento da Notificada e o documento de arrecadação quitado acompanhar o trânsito de mercadorias. No momento da ocorrência do fato gerador, a Notificada não dispunha de autorização fazendária para efetivar o recolhimento em prazo diverso. Infração subsistente Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **22/10/2023**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 20.177,14, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 12.106,28, perfazendo um total de R\$ 32.283,42, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – **050.001.001**: Falta de recolhimento do ICMS em **operação com mercadorias no regime de diferimento** em situação onde não é possível a adoção do referido regime, **desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito**.

Enquadramento Legal: Art. 32 da Lei de nº 7.014/96 c/c o art. 332, inciso V do RICMS, publicado pelo Decreto de nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, “f”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o Notificante descreve os fatos que se trata de:

“Falta de recolhimento do ICMS de Apuração Sumária da operação, nas saídas interestaduais de “óleo vegetal, caroço algodão – diferimento, insumos/produtos agrícolas/extrativos vegetais, conf. Danfe de nº 10777, CT-e de nº 9.606 e MDF-e de nº 4.830, combinado com art. 332, inciso V, alíneas K, N, § 1º do RICMS/BA (DEC. 13.780/12)”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos**: a Notificação Fiscal de nº **298942.1478/23-3**, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo efetuada pelo Notificante, (fl. 05); **o Termo de Ocorrência Fiscal de nº 232175.1337/23-7, lavrado na data de 17/10/2023** (fls. 03 e 04); a cópia do DANFE de nº 010.777 (fl. 12), emitida pela Notificada na data **18/10/2023**, Venda de Produto do estabelecimento para fora do Estado, carreando as mercadorias de **NCM de nº 1512.21.00 (óleo de caroço de algodão)** com destino ao Estado de Goiás; o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte - DACTE –de nºs 9.606 (fl. 13); o documento do motorista e veículo (fl. 11); Consulta dos Pareceres Tributários (fl. 08); Consulta do pagamento realizado pela Notificada com o retorno “Não foi localizado nenhum pagamento para o usuário informado” (fl. 07).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 20 e 21), protocolizada no CONSEF/COORDENAÇÃO/ADMINIST, na data de 16/02/2024 (fl. 19).

Em seu arrazoado a Notificada transcreveu a descrição dos fatos e trouxe o Parecer de nº 9.936, de 09/06/2008, relacionado à consultada realizada “ICMS - Tratamento tributário dispensado às operações interestaduais com os produtos "caroço de algodão", "**óleo de algodão**", "torta de

algodão", "fibrilha de algodão", "farelo de soja", "torta de soja" e "casca de soja", **donde** questionou-se:

“Nas saídas interestaduais de caroço de algodão, óleo de algodão, torta do algodão, fibrilha do algodão, farelo de soja, torta de soja e casca de soja o imposto deve ser antecipado, ou deve ser recolhido apenas no dia 09 do mês subsequente?”

A resposta foi a seguinte:

*“Pela regra estabelecida no **RICMS-BA/97, art. 20, inciso VI, alíneas “b”, “e” e “f”** ([Convênio ICMS 100/97](#), prorrogado até 31 de julho de 2008 pelo [Conv. ICMS 53/2008](#), de 29/04/2008), as saídas internas de “caroço de algodão”, “torta de algodão”, “farelo de soja” e “torta de soja”, quando destinadas à alimentação animal ou à fabricação de ração animal são amparadas pela isenção do imposto. As operações interestaduais com tais produtos (também com a mesma finalidade, ou seja, quando destinados à alimentação animal ou à fabricação de ração animal) devem ser tributadas, porém, com redução da base de cálculo no percentual de 60%, na forma prevista no RICMS, art. 79, inciso I, enquanto perdurar o benefício da isenção para as operações internas.*

Que o prazo de pagamento do imposto relativo aos produtos em comentário nas operações tributadas é aquele relativo às obrigações normais do contribuinte. No entanto, nas operações realizadas por estabelecimento de produtor não equiparado a comerciante ou a industrial, o imposto deverá ser recolhido por antecipação no momento da saída das mercadorias.

Que as saídas interestaduais dos produtos “fibrilha de algodão” (subproduto do beneficiamento do algodão em capulho), “óleo de algodão” e “casca de soja” devem ocorrer com tributação normal, sem necessidade de acompanhamento do DAE; o imposto relativo incidente em tais operações deve ser recolhido junto com as obrigações normais do contribuinte. Explicou que entretanto, quando as saídas forem realizadas por estabelecimento de produtor não equiparado a comerciante ou a industrial, o imposto deverá ser recolhido por antecipação no momento da saída das mercadorias.”

Asseverou que dessa forma a NF-e de nº 10.777 entrou na apuração normal do ICMS competência 10/2023, conforme relatório em anexo, após os devidos esclarecimentos, pugnando respeitosamente pela baixa da Notificação Fiscal.

Verifico não haver Informação Fiscal por força de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto de nº 18.558/18.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **22/10/2023**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 20.177,14, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 12.106,28, perfazendo um total de R\$ 32.283,42, em decorrência do cometimento da Infração **(050.001.001) de falta de recolhimento** do ICMS em **operação com mercadorias no regime de diferimento** em situação onde não é possível a adoção do referido regime, **desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito**.

O enquadramento legal baseou-se no art. 32 da Lei nº 7.014/96 c/c o art. 332, inciso V do RICMS, publicado pelo Decreto de nº 13.780/2012, e multa tipificada no art. 42, inciso II, “f”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em síntese de seu arrazoado consignou que em consulta efetuada à DITRI, na data de 09/06/2008, Parecer de nº 9.936 (fls. 32 e 33) em razão da pergunta se nas saídas interestaduais, dentre outros produtos, o óleo de algodão, dever-se-ia ser antecipado ou recolhido no dia 09 do mês subsequente, obteve como resposta, que pela regra estabelecida pelo **RICMS-BA/97, art. 20, inciso VI, alíneas "b", "e" e "f"** que as saídas interestaduais de "óleo de algodão" deve ocorrer com tributação normal, sem necessidade de acompanhamento do DAE; o imposto relativo incidente em tais operações deve ser recolhido junto com as obrigações normais do contribuinte, asseverando que dessa forma a NF-e de nº 10.777 entrou na apuração normal do ICMS competência 10/2023.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Bahia - Goiás, através da abordagem de veículo da Empresa P.P Transportes e Serviços LTDA. (fl. 03), contendo a cópia do DANFE de nº 010.777 (fl. 12), emitida pela Notificada na data **18/10/2023**, Venda de Produto do estabelecimento para fora do Estado, carreando as mercadorias de NCM de nº **1512.21.00 (óleo de caroço de algodão)** com destino ao Estado de Goiás tendo sido imputada à Notificada o cometimento da Infração de **falta de recolhimento** do ICMS em **operação com mercadorias no regime de diferimento** em situação onde não é possível a adoção do referido regime, **desacompanhada de DAE ou Certificado de Crédito**.

Esclareça-se que a legislação atual que regeu o presente lançamento é o Regulamento do ICMS, **Decreto de nº 13.780 de 16 de março de 2012, o qual revogou** as disposições em contrário, especialmente o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto de nº 6.284 (RICMS-BA/97), de 14 de março de 1997, que embasou à época o Parecer de nº 9.936 da Diretoria Tributária – DITRI, não estando mais em vigor os seus ditames.

Nestas circunstâncias o enquadramento legal tipificado, na legislação vigente, no **artigo 332, inciso V, traz a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS**, antes da saída das mercadorias (§ 1º), para aquelas dispostas nas alíneas deste inciso, especificamente aquelas carregadas pela citada Nota Fiscal, em sua **alínea "k"**, entretanto, atribuindo o benefício do diferimento do **recolhimento para o dia 09 do mês subsequente desde que haja autorização do titular da repartição fiscal** ao qual a Notificada estiver vinculada conforme o estabelecido em seu **parágrafo 4º**:

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

(...)

V - antes da saída das mercadorias, nas seguintes operações, inclusive quando realizadas por contribuinte optante pelo Simples Nacional, observado o disposto no § 4º deste artigo:

(...)

k) com produtos agropecuários e extrativos vegetais e minerais;

(...)

§ 1º Nas hipóteses em que o pagamento do ICMS seja exigido antes da saída das mercadorias ou do início da prestação de serviço de transporte, o documento de arrecadação acompanhará a mercadoria ou o transporte para ser entregue ao destinatário da mercadoria ou ao tomador do serviço, devendo ser consignado no campo "Informações Complementares" o número da respectiva nota fiscal ou do conhecimento de transporte.

(...)

§ 4º O recolhimento do imposto no prazo previsto nos incisos V (exceto as alíneas "a", "b", "c" e "d") e VII poderá ser efetuado no dia 9 do mês subsequente, desde que o contribuinte seja autorizado pelo titular da repartição fiscal a que estiver vinculado.

No presente caso concreto a Notificada **não possuía a referida autorização, ao tempo da instantaneidade da ação fiscal, na data de 17/10/2022 (Termo de Ocorrência Fiscal nº 232175.1337/23-7)** e, da lavratura da presente notificação **na data de 22/10/2023**, conforme verifiquei no Sistema da Secretaria da Fazenda de Controle de Processo Tributário, tendo a mesma solicitado, em 2012 o referido credenciamento, em relação ao produto "torta de algodão" sob a égide do RICMS/BA/97, sendo indeferido o pedido.

GOVERNO DO ESTADO DA
BAHIAPágina: 1 / 1
Data Emissão: 27/03/2024 4:13:59**SISTEMA DE CONTROLE DE PARECERES TRIBUTÁRIOS****PROCESSO**Número: 13654920099
Categoria: Procedimento Administrativo Fiscal
Tipo: Autorização
Assunto: Prazo Especial - Produtos do Diferimento**FINALIZADO****INTERESSADO**I.E./CNPJ/CPF Razão Social Situação Processo
74.371.868 DEO - JUVANTE INDUSTRIA E COMERCIO DE RACAO ANINDEFERIDO**PARECER FINAL**

Número e ano: 1908 2012

Ementa: ICMS. Credenciamento para adoção da apuração normal pagamento do ICMS relativo às operações com mercadorias enquadradas no regime de diferimento, conforme previsto no artigo 348, § 3º, inciso VIII, do RICMS-BA/97. Indeferido.

O contribuinte DEO JUVANTE INDUSTRIA E COMERCIO DE RACAO ANIMAL E OLEO VEGETAL LTDA.E. 74.371.868, estabelecida na circunscrição fiscal da Infaz Barreiras, solicita credenciamento para efetuar o pagamento do ICMS devido nas operações com TORTA DE ALGODÃO, no prazo previsto para as operações próprias do responsável. Mercadoria não enquadrada no regime de diferimento. Indeferido.

À coordenação de atendimento para dar ciência ao contribuinte e posterior arquivamento.

Data/Hora: 25/01/2012 11:27:00

Parecerista: MIGUEL MEDRADO OLIVEIRA NETO

Identificação: 132692711 Cargo: AUDITOR FISCAL

Unidade: INFZ OESTE

Ratifico o parecer final exarado neste processo:

Inspetor/Coordenador 25/01/2012 11:35:00 MIGUEL MEDRADO OLIVEIRA NETO

Data Fim Vigência:

Do deslindado, averiguo não haver a possibilidade de atender a demanda da Notificada uma vez que esta recolheu o ICMS fora do prazo estabelecido pela legislação por não dispor dos requisitos de sua postergação, e, portanto, julgo PROCEDENTE a Notificação Fiscal.

Ressalta-se que a Notificada poderá requerer à Gerência de Cobrança do Crédito Tributário – GECOB a compensação dos valores pagos, referente a **Nota Fiscal de nº 010.777** cabendo à Notificada, **com a sua devida comprovação**, após o requerimento deste pedido complementar a quitação do lançamento com os devidos acréscimos legais.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **298942.1478/23-3**, lavrada contra **DEO - JUVANTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RACÃO ANIMAL E ÓLEO VEGETAL LTDA.**, devendo ser intimada a Notificada para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 20.177,14**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei de nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de maio de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR MIRANDA MORGADO – JULGADOR